

RS arrecada R\$ 40 bilhões em ICMS até setembro

Resultado nos primeiros nove meses de 2025 e 2026 foi alavancado por programas de renegociação de passivos



Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

De janeiro a setembro de 2026, o governo do Rio Grande do Sul arrecadou R\$ 40,98 bilhões em ICMS, o principal imposto dos estados brasileiros. O resultado é um pouco superior ao registrado nos primeiros nove meses do ano passado, quando o Executivo recolheu R\$ 39,79 bilhões do tributo no período - crescimento nominal de 3%.

Em 2025, houve alta no recolhimento de ICMS puxada pelo programa estadual Refaz Reconstrução - cerca de R\$ 2 bilhões a mais sobre o total -, de renegociação de débitos tributários, e que levou a um recorde de arrecadação em um único mês: em abril do ano passado, foram recolhidos R\$ 5,54 bilhões - único registro mensal superior a R\$ 5 bilhões na história do Estado.

Já neste ano, o governo apresentou outro programa de renegociação de dívidas de ICMS, o Acordo Gaúcho, em que foi negociado R\$ 1,1 bilhão em juros e multas de débitos tributários.

Abril deste ano também foi o mês de maior arrecadação de ICMS

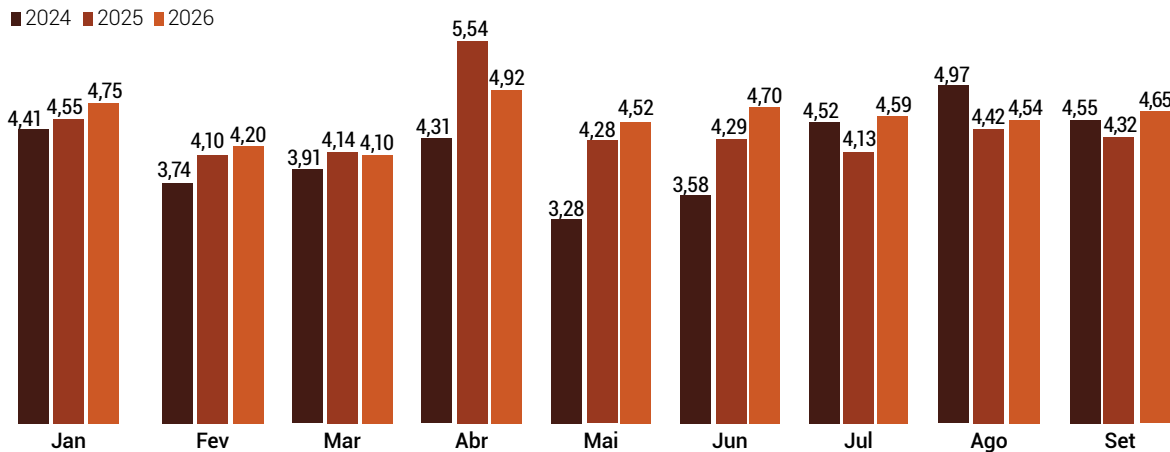
até setembro, com R\$ 4,92 bilhões, diminuição nominal de 11% em relação a 2025, muito em razão dos recursos do Refaz no ano passado. Nos demais meses, o recolhimento de 2026 foi superior aos registros mensais do ano anterior, à exceção de março, que teve pequeno recuo de R\$ 4,14 bilhões arrecadados em 2025 para R\$ 4,1 bilhões neste ano.

O resultado de R\$ 40,98 bilhões indica que o governo gaúcho volte a arrecadar um montante superior a R\$ 50 bilhões de ICMS ao final do ano, algo registrado em 2025 (R\$ 53,82 bilhões) e em 2024 (R\$ 50,75 bilhões).

A Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) projeta arrecadação de R\$ 55,67 bilhões ao final do exercício de 2026. Considerando todos os impostos estaduais, a estimativa da pasta é de recolhimento de R\$ 63,58 bilhões neste ano, com acréscimo das receitas de IPVA (R\$ 6,03 bilhões) e ITCD (R\$ 1,5 bilhão).

Para o ano que vem, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027 encaminhada pelo atual governo de Eduardo Leite (PSD) para apreciação da Assembleia Legislativa aponta para arrecadação de R\$ 57,88 bilhões ao final de 2027. Apesar disso, com a eleição de Luciano Zucco (PL) ao governo do Estado, houve uma mudança na relatoria da proposta no Parlamento, passando das mãos

Arrecadação de ICMS pelo governo gaúcho
valores nominais em R\$ bilhões



Total de jan a set de 2024: R\$ 37,27 bilhões
Total de jan a set de 2025: R\$ 39,79 bilhões
Total de jan a set de 2026: R\$ 40,98 bilhões

do líder do governo Leite, deputado Frederico Antunes (PSD), para Claudio Branchieri (PL), parlamentar aliado do governador eleito.

A LOA entregue pelo atual governo prevê déficits orçamentário de R\$ 4 bilhões e primário de R\$ 4,8 bilhões, mas Branchieri acredita ser possível reduzir essa projeção deficitária em razão de, em anos anteriores, o Executivo ter encaminhado peças orçamentárias que previam o fechamento das contas no negativo, mas ao final dos exercícios o resultado era superavitário. Há cinco

anos o governo gaúcho registra superávits, mas que foram impulsionados por receitas extraordinárias, como de privatizações e operações de crédito.

Na avaliação de Branchieri, “às vezes o orçamento enviado pelo Piratini é um pouquinho descolado da realidade”. Ele completa: “Ou seja, às vezes eles projetam uma receita corrente líquida menor que a do ano anterior, as despesas menores que as despesas do ano anterior, e a gente precisa saber porque eventualmente isso está ocorrendo para

corrigir essas falhas”.

Há a tendência de novo superávit nas contas do Estado em 2026, tendo em vista o resultado positivo em R\$ 7,7 bilhões nas contas até agosto. Caso se confirme o fechamento das contas no azul, o registro irá novamente na contramão da LOA para este ano, que estimava déficit de R\$ 3,79 bilhões.

Quanto à LOA de 2027, a previsão é que o texto ajustado pelo novo relator vá para apreciação do plenário da Assembleia em 24 de novembro.

Prazo para servidor indicar preferência começa quinta

/ CONCURSO NACIONAL

Os servidores das carreiras de analista técnico de desenvolvimento socioeconômico (ATDS) e analista técnico de justiça e defesa (ATJD), da segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 2), podem fazer a manifestação de preferência por órgão, entidade e local de exercício do cargo a partir de quinta-feira. O prazo vai até as 23h59min da próxima segunda-feira.

Os dois editais de convocação dos servidores, tanto para o cargo ATDS como para ATJD foram publicados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na última sexta-feira, em edição extra do Diário Oficial da União. A manifestação de preferência é facultativa e deve ser feita pelo portal SouGov.br.

Para a carreira de analista técnico de desenvolvimento socioeconômico (ATDS), há vagas em Brasília e em outras localidades do país.

Já para os servidores da carreira de ATJD, as opções são restritas a Brasília.

A ausência de manifestação não exclui o servidor deste concurso público, nem altera sua classificação. Neste caso, terão o exercício definido pela Administração Pública Federal entre as opções remanescentes em Brasília, conforme os critérios estabelecidos nos editais.

A manifestação poderá ser realizada por meio da plataforma SouGov.Br (site e aplicativo), destinada a servidores públicos federais ativos, aposentados, pensionistas e anistiados políticos do Poder Executivo Federal. É preciso fazer login com a senha do portal Gov.br. Ao acessar o sistema, os servidores deverão consultar as opções disponíveis e organizá-las por ordem de preferência.

Enquanto o prazo permanecer aberto, de 22 a 26 de outubro, será possível alterar as escolhas. Será considerada válida a última manifestação transmitida.

Somente poderão fazer a manifestação os servidores que concluíram o Programa de Profissionalização para as Carreiras de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa e de Desenvolvimento Socioeconômico (Profcar), que foi promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Os editais avisam que a manifestação de preferência não garante a alocação na opção indicada. Na prática, a regra diz que o servidor tem o direito de indicar sua preferência pelo local de trabalho, mas o governo federal não é obrigado a conceder exatamente o que foi manifestado.

A prioridade para definição do órgão e do local de exercício legal é assegurada às pessoas com deficiência (PCD) e também considerará a classificação final do candidato no concurso público, a ordem de preferência indicada e a disponibilidade de vagas, conforme as necessidades dos órgãos e entidades federais.

Alcolumbre adia PEC da Segurança Pública para depois da eleição

/ SENADO

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), decidiu não realizar sessões esta semana e adiar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública para depois do segundo turno das eleições.

O adiamento ocorreu diante do impasse entre governo e oposição em torno da redução da maioria penal.

A líder do governo no Senado, Teresa Leitaõ (PT-PE), afirmou que não haverá convocação de sessões deliberativas esta semana por decisão do presidente. “Foi decisão dele, pelo clima da última sessão”, disse.

Alcolumbre tentou votar a PEC na quinta-feira a pedido do governo Lula. A ideia, no entanto, se tornou um problema para o presidente Lula por causa da

estratégia da campanha de Flávio Bolsonaro (PL), de usar a PEC para propor a redução da maioria penal.

O movimento acou o governo e fez com que Lula e o PT mudassem uma posição histórica e passassem a defender a redução da maioria penal para 16 anos para crimes hediondos. Os petistas, porém, queriam desvincular o tema da votação da PEC da Segurança Pública, dizendo que é preciso um debate à parte.

Lula defendeu na quinta, em sabatina no Jornal Nacional, a redução da maioria penal de 18 anos para 16 anos para crimes hediondos.

Alcolumbre chegou a avisar a líderes partidários que faria sessões esta semana para votar a PEC em plenário, mas desistiu e não convocou reuniões deliberativas. Esta semana haverá apenas sessões solenes.